



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 268.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/12/2025

SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA PRESENCIAL (AM Nº 123/2020) DE 02/12/2025

BREVES COMUNICAÇÕES

Airton Faleiro (PT - PA) - O Deputado relatou que recebeu dos movimentos sociais da Transamazônica e da BR-163 uma pauta enviada ao Ministro dos Transportes e ao Presidente Lula, pedindo máquinas nas estradas e recursos para recuperar trechos de terra antes do inverno. Além disso, destacou que o asfalto foi apontado pelos moradores como solução definitiva e que há urgência em licitar obras entre Santarém (PA) e Rurópolis (PA), Brasil Novo (PA) e Medicilândia (PA), incluindo pontos críticos como a Ladeira da Velha. Também reconheceu avanços já entregues pelo Governo, mas afirmou que a população estava cansada de esperar e que lideranças viriam a Brasília exigir providências imediatas.

Padre João (PT - MG) - O Deputado destacou a realização da Quarta Assembleia Geral do Projeto Juntos para Servir, reunindo mais de 400 lideranças de 187 Municípios nos dias 28, 29 e 30 de novembro. Informou que a iniciativa se refere à fusão inédita de um mandato federal e um mandato estadual, debatendo seis eixos de atuação com diversos segmentos sociais e apresentando propostas para políticas públicas e desafios regionais. Ademais, agradeceu às equipes e participantes e destacou que a política deveria servir aos mais pobres e à proteção da biodiversidade. Também cobrou providências da Casa sobre situações envolvendo Deputada Carla Zambelli e os Deputados Eduardo Bolsonaro e Alexandre Ramagem, apontando custos elevados ao Estado.

Ricardo Maia (MDB - BA) - O Deputado registrou a presença do Prefeito de Tucano (BA), Ricardo Maia Filho, do Vice-Prefeito Robson e de toda a Câmara Municipal. Em seguida, informou que o Município teve o Prefeito reeleito mais jovem do Brasil, com 26 anos, e que todos os Vereadores eleitos integraram a mesma coligação partidária. Atribuiu esse resultado ao compromisso político e destacou o orgulho em representar o sertão da Bahia no Congresso. Por fim, relatou visitas a Ministérios ao lado da comitiva e enviou saudação ao povo de Tucano (BA).

Reimont (PT - RJ) - O Deputado registrou a aprovação, no Senado, do Projeto de Lei nº 1.791, de 2019, que garantiu o reaproveitamento de trabalhadores da Eletrobras demitidos após a privatização no Governo Bolsonaro. Afirmou ainda que a medida representou uma vitória para os empregados da empresa. Em seguida, declarou que seria negativo para a Câmara não cassar o mandato da Deputada Carla Zambelli, presa e ainda com prerrogativas parlamentares, apontando que a Comissão de Constituição e Justiça precisava agir para evitar constrangimentos institucionais.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 268.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/12/2025

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado criticou declaração do Prefeito do Rio de Janeiro (RJ), afirmando que ele se omitiu diante do avanço do crime organizado. Destacou que mais da metade do território da cidade, com 7 milhões de habitantes, estava sob controle de tráfico e milícia, gerando vulnerabilidade social crescente desde 2008. Além disso, afirmou que servidores públicos não deveriam ser silenciados ao defender a população. Atribuiu responsabilidade ao Presidente Lula pela crise na segurança pública do Rio e citou a Bahia como o Estado mais violento do País. Ao concluir, defendeu apoio urgente do Governo Federal com Forças Armadas, Polícia Federal e ações de inteligência para socorrer a população fluminense.

Jorge Solla (PT - BA) - O Deputado questionou quem teria interesse em enfraquecer a Polícia Federal ao criticar alterações no Projeto de Lei nº 5.582, de 2025, o chamado PL Antifacção, elaborado pelo Governo Federal. Relatou que o texto aprovado reduziu a capacidade de investigação do órgão e impediu o uso imediato de recursos apreendidos no combate ao crime, resultado de articulação de bolsonaristas com o Centrão. Ademais, citou investigações sobre o banqueiro Daniel Vorcaro e envolvimentos com figuras políticas influentes. Criticou prejuízos causados ao Rio Previdência e à Cedae em operações relacionadas ao Banco Master e afirmou que a atuação da Polícia Federal e do Governo Lula impediu danos maiores. Também acusou a existência de Deputados condenados e foragidos, defendendo medidas da Câmara diante do cenário.

Reginaldo Lopes (PT - MG) - O Deputado informou que o Governo do Presidente Lula apresentou posição conjunta contra a escala 6 por 1, em articulação com os Ministros Gleisi Hoffmann, Luiz Marinho, Sidônio e Boulos, além de autores da proposta sobre redução da jornada de trabalho. Registrhou que o objetivo foi adotar escala 5 por 2 e reduzir a carga semanal de 44 para 40 horas, garantindo mais tempo aos trabalhadores para suas famílias, qualificação e iniciativas próprias. Destacou que o Governo atua para construir apoio na sociedade e no Parlamento e afirmou que chegou o momento de encerrar a escala 6 por 1 no País.

Ricardo Galvão (REDE - SP) - O Deputado comentou a indicação do Dr. Jorge Messias ao Supremo Tribunal Federal e destacou sua atuação na gestão da Advocacia-Geral da União (AGU), marcada por modernização institucional, redução de litígios e fortalecimento da defesa constitucional. Relatou que o indicado conheceu profundamente a gestão de ciência e tecnologia, garantindo segurança jurídica às instituições do setor com a criação de estruturas específicas. Mencionou ainda avanços na área ambiental, como a criação da Procuradoria Nacional da União para a Defesa do Clima e apoio a ações emergenciais. Afirma que Messias mostrou perfil técnico, conciliador, inovador e comprometido com a democracia.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 268.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/12/2025

Adail Filho (REPUBLICANOS - AM) - O Deputado defendeu a aprovação da Medida Provisória nº 1.308, de 2025, afirmando que ela era fundamental para liberar entraves do licenciamento ambiental que afetaram o desenvolvimento da Região Norte. Ressaltou que, como representante do Amazonas, conheceu de perto os impactos da burocracia sobre obras estratégicas. Também destacou a importância da BR-319 para integrar Amazonas e Roraima ao restante do País e superar o isolamento da região. Ademais, apelou para que a Câmara tivesse sensibilidade ao acelerar o processo e tornar a rodovia uma realidade em benefício do crescimento econômico do Norte brasileiro.

Cobalchini (MDB - SC) - O Deputado anunciou que o Governo publicaria a medida *antidumping* para impedir que o leite importado fosse comercializado por valores inferiores aos praticados no Brasil. Lembrou ter promovido audiência pública e buscado soluções contínuas para a crise do setor. Também informou que a Secretaria de Comércio Exterior Tatiana Prazeres confirmou a aplicação de taxa extra sobre produtos vendidos abaixo do preço nacional. Sobre o assunto, ressaltou que a decisão representou passo importante para reduzir a concorrência desleal e proteger produtores brasileiros. Concluiu enfatizando que a medida foi apresentada como resultado de articulação política em defesa da produção leiteira do País.

Reinhold Stephanes (PSD - PR) - O Deputado comentou investigações envolvendo o Banco Master e prejuízos financeiros causados ao País. Citou suspeitas de títulos irregulares e desvios, além de críticas a decisões do Supremo Tribunal Federal relacionadas ao caso, mencionando sigilo processual e possíveis vínculos de autoridades e escritórios de advocacia com a instituição financeira. Afirmou que recursos públicos teriam sido destinados ao banco por diferentes Governos e mencionou apurações sobre o empresário Daniel Vorcaro. Concluiu defendendo transparência quanto às informações e questionando a atuação do Judiciário diante das denúncias apresentadas.

Alice Portugal (PCdoB - BA) - A Deputada ressaltou que a Câmara aprovou o projeto que isentou do Imposto de Renda quem recebia até 5 mil reais e registrou o reconhecimento do Presidente Lula ao trabalho dos Relatores da matéria. No entanto, afirmou que decisões recentes mancharam a imagem do Parlamento, como a derrubada de vetos ao Código Ambiental, a PEC da Blindagem e novas tentativas de anistiar condenados pelos ataques à democracia. Também criticou tentativas de preservar mandatos de Parlamentares condenados pelo Supremo, citando casos como o da Deputada Carla Zambelli e do Deputado Alexandre Ramagem, que teriam fugido do País levando informações sigilosas. Ao finalizar, defendeu a cassação de condenados como proteção à democracia e à soberania nacional.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 268.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/12/2025

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado manifestou apoio à determinação de cumprimento de pena para quem atacou o Estado Democrático de Direito, após o devido processo legal. Por outro lado, repudiou a decisão do Ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal, que impôs sigilo máximo às investigações do Banco Master, na Operação Compliance Zero. Sobre o assunto, apontou que o caso envolvia possíveis desvios de até 16 bilhões de reais, com participação de figuras da alta política, do Judiciário e até de Governadores. Destacou que a falta de transparência contrariava o interesse público e citou Norberto Bobbio ao lembrar que a democracia exigia publicidade dos atos para impedir que responsáveis se escondessem.

Rodrigo da Zaeli (PL - MT) - O Deputado registrou a presença de Vereadores de Poxoréu (MT) na Câmara dos Deputados. Relatou que a cidade era conhecida pela produção de diamantes e que a visita dos Parlamentares municipais a Brasília reforçava a parceria com o Estado. Ademais, afirmou que, quando um Vereador buscava diálogo na Capital, havia o compromisso de retorno em benefícios ao Município. Ao concluir, parabenizou os visitantes pela iniciativa e afirmou que a presença deles motivava o trabalho em defesa de Mato Grosso.

Rodrigo Rollemberg (PSB - DF) - O Deputado lamentou a decisão do Ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal, que impôs sigilo máximo ao processo envolvendo o Banco Master. Ressaltou que a sociedade buscava transparência sobre operações que poderiam incluir a compra de 12 bilhões de reais em títulos inexistentes, com uso de recursos públicos, como os do fundo de previdência do Rio de Janeiro. Também afirmou que a Câmara tinha a responsabilidade de instalar uma CPI para apurar relações políticas e decisões que levaram ao investimento em um banco em situação crítica. Citou ainda a atuação do Governador do Distrito Federal, defendendo negócios que precisavam ser esclarecidos. Por fim, defendeu que a apuração ocorresse abertamente, atendendo ao interesse público.

Sidney Leite (PSD - AM) - O Deputado criticou o Banco Central, questionando a atuação de Roberto Campos Neto e Galípolo diante do Banco Master, apontando falhas em identificar lavagem de dinheiro e ligações com o crime organizado. Além disso, defendeu a criação de uma CPMI para investigar negociações envolvendo recursos de aposentados e pensionistas de serviços públicos estaduais e municipais. Na sequência, questionou a autonomia do Banco Central diante da manutenção de juros elevados, que classificou como agiotagem contra trabalhadores e aposentados. Também comentou sobre os vetos do licenciamento ambiental, destacando a necessidade de repavimentação da BR-319 para integrar Amazonas, Roraima, Rondônia e Acre. Enfatizou ainda que a conservação da Amazônia deve conciliar proteção ambiental e qualidade de vida da população local, e defendeu diálogo e maturidade nas decisões do Ministério do Meio Ambiente.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 268.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/12/2025

Rodrigo Rollemberg (PSB - DF) - O Deputado informou que 105 assinaturas já respaldaram a criação da CPI do Banco Master. Ressaltou a necessidade de apurar as relações políticas que permitiram que o Banco Master chegassem à atual situação e que levaram o BRB a adquirir, por 12,2 bilhões de reais, títulos inexistentes. Também mencionou a posterior tentativa de compra do banco por 2 bilhões de reais com recursos de Brasília, operação que descreveu como destinada a encobrir o prejuízo anterior.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado questionou a influência de Daniel Vorcaro e pediu esclarecimentos sobre suas relações políticas e econômicas. Afirmou que o Estado do Rio de Janeiro aplicou mais de 1 bilhão de reais de recursos de pensionistas no Banco Master, mesmo diante de alertas de risco. Também criticou a decisão do Ministro Dias Toffoli de impor sigilo total às investigações relacionadas ao banco. Por fim, afirmou que a população espera transparência e justificou sua adesão à CPI do Banco Master como um passo necessário para a revelação dos fatos.

Carlos Jordy (PL - RJ) - O Deputado comentou a morte do jovem conhecido como Vaqueirinho, de 19 anos, que entrou na jaula de uma leoa em um zoológico. Afirmou que o episódio teve relação com a política antimanicomial prevista na Resolução nº 487, de 2023 do CNJ, que, segundo ele, retirou a competência do Parlamento e levou ao fechamento de hospitais de custódia. Por fim, defendeu a aprovação do Projeto de lei nº 1.637, de 2019, e do PDL que susta a norma do CNJ.

Tadeu Veneri (PT - PR) - O Deputado relatou ter ingressado com mandado de segurança contra o Secretário de Educação do Paraná e o Diretor da escola João Turin após a divulgação de vídeos que mostraram estudantes de uma escola cívico-militar entoando músicas com conteúdo de violência. Considerou o episódio uma distorção do ambiente escolar e informou ter acionado o Ministério Público e o conselho tutelar. Também defendeu o afastamento da direção da escola, pediu providências ao Ministério da Educação e solicitou ampla divulgação de seu pronunciamento.

Jandira Feghali (PCdoB - RJ) - A Deputada criticou a manutenção de mandatos de Deputados condenados e a ausência de ação contra Eduardo Bolsonaro, citado por atuar no exterior contra o Brasil. Questionou tentativas de avançar com anistias e dosimetrias e afirmou que isso poderia aprofundar a crise política. Ao concluir, defendeu a apuração de escândalos envolvendo setores da extrema direita, citando Banco Master e Refit, destacando que a prioridade deveria ser investigar fatos relevantes e preservar a democracia.

Bebeto (PP - RJ) - O Deputado registrou apoio ao Governador Cláudio Castro e à cúpula da Polícia Militar pela inauguração de uma nova base do Programa Segurança Presente em São João de Meriti (RJ). Destacou



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 268.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/12/2025

que a unidade, instalada na Praça da Matriz, recebeu novos policiais, viaturas, motocicletas e um centro de monitoramento voltado para áreas de grande circulação. Lembrou que vinha cobrando reforço no efetivo e ações contra o crime organizado em bairros como Trio de Ouro, Morro das Pedras e Praça da Bandeira, citando episódios recentes de violência. Também agradeceu a retirada de barricadas e afirmou que segue atuando para ampliar a segurança no Município.

ORDEM DO DIA

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de lei nº 737, de 2025, que dispõe sobre a alteração da Lei 14.801 de 2024, que trata das debêntures de infraestrutura, modificando a redação do caput do artigo 2º, § 2º, II.

Alberto Fraga (PL - DF) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de lei nº 737, de 2025, que dispõe sobre a alteração da Lei 14.801 de 2024, que trata das debêntures de infraestrutura, modificando a redação do caput do artigo 2º, § 2º, II.

Lindbergh Farias (PT - RJ) - O Deputado explicou que buscou contato com o Líder Reginaldo Lopes e com integrantes da Casa Civil após ser informado de que o Projeto de lei nº 737, de 2025, em discussão, poderia gerar impacto fiscal elevado. Afirmou ter sido surpreendido pela inclusão do tema e citou alertas do Governo sobre possíveis benefícios indevidos a mineradoras. Por fim, declarou não haver segurança para votar a urgência da matéria e defendeu o adiamento da deliberação.

Kim Kataguiri (UNIÃO - SP) - O Deputado discutiu a Medida Provisória nº 1.308, de 2025, que dispõe sobre o licenciamento ambiental especial, visando à consecução eficiente e eficaz de atividades e empreendimentos estratégicos, nos termos que especifica.

Arthur Oliveira Maia (UNIÃO - BA) - O Deputado expressou preocupação com a portaria do Ministério da Justiça que reconheceu como terras indígenas a comunidade de Comexatibá, em Prado (BA). Afirmou que a medida contrariou a Lei nº 14.701, da qual foi Relator, destacou vícios no processo e mencionou contestação do próprio Município. Informou que a decisão gerou tensão na região, com bloqueios de estradas e relatos de violência, agravados pela atuação de grupos criminosos. Nesse sentido, anunciou a apresentação de um Projeto de Decreto Legislativo para sustar os efeitos da portaria e pediu atuação urgente da Polícia Federal.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 268.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/12/2025

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado discutiu a Medida Provisória nº 1.308, de 2025, que dispõe sobre o licenciamento ambiental especial, visando à consecução eficiente e eficaz de atividades e empreendimentos estratégicos, nos termos que especifica.

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado registrou a visita de Vereadores de Poxoréu (MT) à Câmara e destacou a importância histórica do Município mato-grossense, conhecido como “rainha do diamante”. Pediu que o Prefeito concluisse a construção da Ponte do Areia, afirmando que a obra é essencial para pequenos agricultores. Também declarou que, caso o impasse seja financeiro, está disposto a destinar recursos por emenda.

Zé Trovão (PL - SC) - O Deputado discutiu a Medida Provisória nº 1.308, de 2025, que dispõe sobre o licenciamento ambiental especial, visando à consecução eficiente e eficaz de atividades e empreendimentos estratégicos, nos termos que especifica. Além disso, defendeu a anistia dos chamados “presos políticos” de 8 de janeiro e atacou o Judiciário, pedindo que o Congresso aprove mudanças que, em sua avaliação, abririam caminho para um futuro mais próspero.

Célia Xakriabá (PSOL - MG) - A Deputada discutiu a Medida Provisória nº 1.308, de 2025, que dispõe sobre o licenciamento ambiental especial, visando à consecução eficiente e eficaz de atividades e empreendimentos estratégicos, nos termos que especifica.

Nilto Tatto (PT - SP) - O Deputado discutiu a Medida Provisória nº 1.308, de 2025, que dispõe sobre o licenciamento ambiental especial, visando à consecução eficiente e eficaz de atividades e empreendimentos estratégicos, nos termos que especifica.

Alberto Fraga (PL - DF) - O Deputado criticou o Judiciário ao comentar a soltura de Daniel Vorcaro, acusado de um golpe bilionário. Afirmou que a decisão foi tomada por uma desembargadora que, segundo ele, respondia a processos e tinha como advogado o mesmo profissional que atuou para Vorcaro. Também declarou que a justificativa de ausência de risco de fuga não se sustentava e apontou a existência de supostas relações indevidas. Ao final, disse que o sistema de Justiça enfrentava problemas graves e defendeu a criação de uma CPI para investigar o banco Master e o BRB, argumentando que essa apuração era necessária para enfrentar a venda de sentenças.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 268.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/12/2025

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado discutiu a Medida Provisória nº 1.308, de 2025, que dispõe sobre o licenciamento ambiental especial, visando à consecução eficiente e eficaz de atividades e empreendimentos estratégicos, nos termos que especifica.

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado discutiu a Medida Provisória nº 1.308, de 2025, que dispõe sobre o licenciamento ambiental especial, visando à consecução eficiente e eficaz de atividades e empreendimentos estratégicos, nos termos que especifica.

Túlio Gadêlha (REDE - PE) - O Deputado discutiu a Medida Provisória nº 1.308, de 2025, que dispõe sobre o licenciamento ambiental especial, visando à consecução eficiente e eficaz de atividades e empreendimentos estratégicos, nos termos que especifica.

Rodrigo da Zaeli (PL - MT) - O Deputado discutiu a Medida Provisória nº 1.308, de 2025, que dispõe sobre o licenciamento ambiental especial, visando à consecução eficiente e eficaz de atividades e empreendimentos estratégicos, nos termos que especifica.

Maria do Rosário (PT - RS) - A Deputada destacou a aprovação, no Senado, de projeto do falecido Deputado Assis Carvalho que permite o reaproveitamento, em empresas estatais, de trabalhadores do setor elétrico cujas empresas foram privatizadas. Afirmou que a medida representa justiça social, valoriza profissionais qualificados e enfrenta a precarização das relações de trabalho, prestando homenagem tanto ao autor da proposta quanto aos trabalhadores beneficiados.

Fernanda Melchionna (PSOL - RS) - A Deputada discutiu a Medida Provisória nº 1.308, de 2025, que dispõe sobre o licenciamento ambiental especial, visando à consecução eficiente e eficaz de atividades e empreendimentos estratégicos, nos termos que especifica.

Coronel Assis (UNIÃO - MT) - O Deputado discutiu a Medida Provisória nº 1.308, de 2025, que dispõe sobre o licenciamento ambiental especial, visando à consecução eficiente e eficaz de atividades e empreendimentos estratégicos, nos termos que especifica.

Julia Zanatta (PL - SC) - A Deputada afirmou estar satisfeita com a votação de uma proposta que não aumenta impostos. Destacou a Proposta de Emenda à Constituição nº 72, de 2023, do Senador Cleitinho, que prevê imunidade de IPVA para veículos com mais de 20 anos, considerando a medida positiva, embora



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 268.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/12/2025

defenda que o IPVA deveria ser totalmente extinto. Criticou a cobrança do imposto sobre a propriedade de veículos e comemorou que, ao menos, haja um avanço na direção de reduzir essa tributação.

Ricardo Galvão (REDE - SP) - O Deputado discutiu a Medida Provisória nº 1.308, de 2025, que dispõe sobre o licenciamento ambiental especial, visando à consecução eficiente e eficaz de atividades e empreendimentos estratégicos, nos termos que especifica.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado celebrou o Dia Nacional do Samba, lembrado em 2 de dezembro, citando versos de Mano Décio da Viola e Silas de Oliveira para destacar a importância cultural do gênero. Também registrou a realização do Trem do Samba, evento tradicional do Rio de Janeiro que celebra o samba com trajetos até Oswaldo Cruz e atividades pela Zona Norte.

Kim Kataguiri (UNIÃO - SP) - O Deputado encaminhou a votação da Medida Provisória nº 1.308, de 2025, que dispõe sobre o licenciamento ambiental especial, visando à consecução eficiente e eficaz de atividades e empreendimentos estratégicos, nos termos que especifica.

Sergio Souza (MDB - PR) - O Deputado destacou os avanços da Câmara no ano, especialmente na pauta do licenciamento ambiental, cujo projeto tramita há mais de 20 anos. Elogiou o trabalho do Relator, Deputado Zé Vitor, na Medida Provisória nº 1.308, de 2025, e afirmou que a proposta representa um importante destravamento para o setor produtivo. Defendeu que a segurança alimentar e a preservação ambiental são igualmente essenciais para a vida humana e que a nova lei concilia produção de alimentos com proteção ambiental, fortalecendo o papel do Brasil tanto na sustentabilidade quanto na produtividade.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado encaminhou a votação da Medida Provisória nº 1.308, de 2025, que dispõe sobre o licenciamento ambiental especial, visando à consecução eficiente e eficaz de atividades e empreendimentos estratégicos, nos termos que especifica.

Vicentinho (PT - SP) - O Deputado ressaltou sua relação histórica com a comunidade boliviana no Brasil, destacando encontros, atividades esportivas e diálogo com parlamentares da Bolívia. Celebrou o bicentenário da independência boliviana e informou ter solicitado à Mesa Diretora a realização de uma sessão solene em homenagem à data. Além disso, apresentou o Projeto de Lei nº 5.682, de 2025, que propõe a criação do Dia Nacional da Comunidade Boliviana no Brasil, defendendo a importância e a contribuição dessa comunidade trabalhadora para o País.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 268.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/12/2025

Capitão Alberto Neto (PL - AM) - O Deputado encaminhou a votação da Medida Provisória nº 1.308, de 2025, que dispõe sobre o licenciamento ambiental especial, visando à consecução eficiente e eficaz de atividades e empreendimentos estratégicos, nos termos que especifica.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado encaminhou a votação da Medida Provisória nº 1.308, de 2025, que dispõe sobre o licenciamento ambiental especial, visando à consecução eficiente e eficaz de atividades e empreendimentos estratégicos, nos termos que especifica.

Pauderney Avelino (UNIÃO - AM) - O Deputado orientou a bancada na votação do parecer apresentado à Medida Provisória nº 1.308, de 2025, que dispõe sobre o licenciamento ambiental especial, visando à consecução eficiente e eficaz de atividades e empreendimentos estratégicos, nos termos que especifica.

Capitão Alberto Neto (PL - AM) - O Deputado orientou a bancada na votação do parecer apresentado à Medida Provisória nº 1.308, de 2025, que dispõe sobre o licenciamento ambiental especial, visando à consecução eficiente e eficaz de atividades e empreendimentos estratégicos, nos termos que especifica.

Lindbergh Farias (PT - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do parecer apresentado à Medida Provisória nº 1.308, de 2025, que dispõe sobre o licenciamento ambiental especial, visando à consecução eficiente e eficaz de atividades e empreendimentos estratégicos, nos termos que especifica.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do parecer apresentado à Medida Provisória nº 1.308, de 2025, que dispõe sobre o licenciamento ambiental especial, visando à consecução eficiente e eficaz de atividades e empreendimentos estratégicos, nos termos que especifica.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do parecer apresentado à Medida Provisória nº 1.308, de 2025, que dispõe sobre o licenciamento ambiental especial, visando à consecução eficiente e eficaz de atividades e empreendimentos estratégicos, nos termos que especifica.

Duarte Jr. (PSB - MA) - O Deputado orientou a bancada na votação do parecer apresentado à Medida Provisória nº 1.308, de 2025, que dispõe sobre o licenciamento ambiental especial, visando à consecução eficiente e eficaz de atividades e empreendimentos estratégicos, nos termos que especifica.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 268.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/12/2025

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do parecer apresentado à Medida Provisória nº 1.308, de 2025, que dispõe sobre o licenciamento ambiental especial, visando à consecução eficiente e eficaz de atividades e empreendimentos estratégicos, nos termos que especifica.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do parecer da Comissão Mista, na parte em que manifesta opinião pelo não atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 1.308, de 2025, que dispõe sobre o licenciamento ambiental especial, visando à consecução eficiente e eficaz de atividades e empreendimentos estratégicos, nos termos que especifica.

Delegado Caveira (PL - PA) - O Deputado orientou a bancada na votação do parecer da Comissão Mista, na parte em que manifesta opinião pelo não atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 1.308, de 2025, que dispõe sobre o licenciamento ambiental especial, visando à consecução eficiente e eficaz de atividades e empreendimentos estratégicos, nos termos que especifica.

Ana Paula Lima (PT - SC) - A Deputada orientou a bancada na votação do parecer da Comissão Mista, na parte em que manifesta opinião pelo não atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 1.308, de 2025, que dispõe sobre o licenciamento ambiental especial, visando à consecução eficiente e eficaz de atividades e empreendimentos estratégicos, nos termos que especifica.

Kim Kataguiri (UNIÃO - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2025, relacionado à Medida Provisória nº 1.308, de 2025, que dispõe sobre o licenciamento ambiental especial, visando à consecução eficiente e eficaz de atividades e empreendimentos estratégicos, nos termos que especifica.

Capitão Alberto Neto (PL - AM) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2025, relacionado à Medida Provisória nº 1.308, de 2025, que dispõe sobre o licenciamento ambiental especial, visando à consecução eficiente e eficaz de atividades e empreendimentos estratégicos, nos termos que especifica.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2025, relacionado à Medida Provisória nº 1.308, de 2025, que dispõe sobre o licenciamento



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 268.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/12/2025

ambiental especial, visando à consecução eficiente e eficaz de atividades e empreendimentos estratégicos, nos termos que especifica.

Célia Xakriabá (PSOL - MG) - A Deputada orientou a bancada na votação do Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2025, relacionado à Medida Provisória nº 1.308, de 2025, que dispõe sobre o licenciamento ambiental especial, visando à consecução eficiente e eficaz de atividades e empreendimentos estratégicos, nos termos que especifica.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2025, relacionado à Medida Provisória nº 1.308, de 2025, que dispõe sobre o licenciamento ambiental especial, visando à consecução eficiente e eficaz de atividades e empreendimentos estratégicos, nos termos que especifica.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2025, relacionado à Medida Provisória nº 1.308, de 2025, que dispõe sobre o licenciamento ambiental especial, visando à consecução eficiente e eficaz de atividades e empreendimentos estratégicos, nos termos que especifica.

Lindbergh Farias (PT - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2025, relacionado à Medida Provisória nº 1.308, de 2025, que dispõe sobre o licenciamento ambiental especial, visando à consecução eficiente e eficaz de atividades e empreendimentos estratégicos, nos termos que especifica.

Rodolfo Nogueira (PL - MS) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2025, relacionado à Medida Provisória nº 1.308, de 2025, que dispõe sobre o licenciamento ambiental especial, visando à consecução eficiente e eficaz de atividades e empreendimentos estratégicos, nos termos que especifica.

Carlos Henrique Gaguim (UNIÃO - TO) - O Deputado registrou preocupação com a decisão do Governo interino do Tocantins de demitir 1.700 jovens contratados pelo Programa Jovem Trabalhador. Afirmou que as vagas representavam oportunidades formais de primeiro emprego e criticou a transferência das atividades para o Sistema S, que não oferecia contratação com carteira assinada. Defendeu que o Sistema S deveria investir na qualificação profissional nos Estados e não substituir postos de trabalho existentes. Classificou as demissões como um prejuízo para a juventude.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 268.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/12/2025

Kim Katagiri (UNIÃO - SP) - O Deputado encaminhou a votação do parágrafo 3º, e, por decorrência de correlação, do § 4º, do Art. 4º do Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2025, aprovado pela Comissão Mista da Medida Provisória nº 1.308, de 2025, que dispõe sobre o licenciamento ambiental especial, visando à consecução eficiente e eficaz de atividades e empreendimentos estratégicos, nos termos que especifica.

Túlio Gadêlha (REDE - PE) - O Deputado contestou críticas feitas à construção da estrada de Belém (PA) e afirmou que a supressão vegetal no local não esteve ligada à realização da COP. Explicou que a área já possuía linhas de energia e que a intervenção ocorreu para viabilizar essa infraestrutura, com autorização do Ibama e respaldo em estudos técnicos. Ressaltou que nenhuma cidade foi favorecida pelo traçado da via. Também reagiu às ofensas dirigidas à Ministra do Meio Ambiente, afirmando que parte das críticas desconhecia os fatos ou buscava desinformar a população, que acompanhava o tema.

Nilto Tatto (PT - SP) - O Deputado encaminhou a votação do parágrafo 3º, e, por decorrência de correlação, do § 4º, do Art. 4º do Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2025, aprovado pela Comissão Mista da Medida Provisória nº 1.308, de 2025, que dispõe sobre o licenciamento ambiental especial, visando à consecução eficiente e eficaz de atividades e empreendimentos estratégicos, nos termos que especifica.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado elogiou o relatório apresentado pelo Deputado Diego Garcia na Comissão de Constituição e Justiça, que tratou do processo envolvendo a Deputada Carla Zambelli. Afirmou que o parecer, com cerca de 150 páginas, defendeu o voto popular e a manutenção do mandato, posicionando-se pelo arquivamento da ação. Declarou que Zambelli enfrentava perseguição e citou críticas ao atual cenário político. Afirmou que a decisão preservava a escolha de quase 1 milhão de eleitores. Agradeceu a condução dos trabalhos e reforçou seu reconhecimento público ao relator.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado encaminhou a votação do art. 6º do Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2025, aprovado pela Comissão Mista da Medida Provisória nº 1.308, de 2025, que dispõe sobre o licenciamento ambiental especial, visando à consecução eficiente e eficaz de atividades e empreendimentos estratégicos, nos termos que especifica.

Jack Rocha (PT - ES) - A Deputada afirmou que o Brasil enfrentava uma emergência nacional diante do aumento dos feminicídios e destacou que o País registrou 1.450 casos em um ano, conforme o Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Defendeu que a violência contra mulheres resultava da ausência de políticas públicas e de falhas na rede de proteção. Alertou para riscos de cortes orçamentários na área e argumentou que o Estado precisava garantir financiamento contínuo e julgamento de medidas protetivas sob perspectiva



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 268.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/12/2025

de gênero. Anunciou a proposta de realizar uma Comissão Geral para discutir o tema e informou que protocolaria projeto que responsabilizava gestores que deixassem de aplicar recursos destinados às políticas para mulheres.

Célia Xakriabá (PSOL - MG) - A Deputada criticou a Medida Provisória nº 1.308, de 2025, que dispõe sobre o licenciamento ambiental especial, visando à consecução eficiente e eficaz de atividades e empreendimentos estratégicos, nos termos que especifica. Declarou que o texto representava retrocessos ambientais e comparou seus efeitos a tragédias como Mariana (MG) e Brumadinho (MG). Citou dados sobre populações afetadas por barragens e impactos da crise climática, destacando que mulheres e comunidades indígenas seriam as mais prejudicadas. Defendeu que demandas por saneamento e serviços públicos não deveriam justificar mudanças que ampliavam riscos ambientais. Também mencionou episódios de ataques pessoais no plenário e afirmou que o País não poderia aceitar a destruição de seus biomas. Concluiu que a medida tinha efeitos econômicos e sociais graves e exigia maior responsabilidade do Parlamento.

Capitão Alberto Neto (PL - AM) - O Deputado encaminhou a votação do art. 6º do Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2025, aprovado pela Comissão Mista da Medida Provisória nº 1.308, de 2025, que dispõe sobre o licenciamento ambiental especial, visando à consecução eficiente e eficaz de atividades e empreendimentos estratégicos, nos termos que especifica. Afirmou que o destaque apresentado pelo PSOL representava um obstáculo à BR-319 e ao direito de integração do Norte ao restante do País. Declarou que a região enfrentava abandono do Governo Federal e que a população rejeitava a atual gestão por permanecer isolada. Defendeu que a BR-319 simbolizava o desejo de pertencimento nacional, garantia de acesso a serviços públicos e melhoria no escoamento da produção, tanto da Zona Franca de Manaus quanto de pequenos agricultores. Também criticou declarações da Ministra Marina Silva e pediu que o Congresso rejeitasse o destaque, argumentando que votar a favor seria votar contra os interesses do Norte.

Cobalchini (MDB - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do art. 6º do Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2025, apresentado à Medida Provisória nº 1.308, de 2025, que dispõe sobre o licenciamento ambiental especial, visando à consecução eficiente e eficaz de atividades e empreendimentos estratégicos.

Capitão Alberto Neto (PL - AM) - O Deputado orientou a bancada na votação do art. 6º do Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2025, apresentado à Medida Provisória nº 1.308, de 2025, que dispõe sobre o licenciamento ambiental especial, visando à consecução eficiente e eficaz de atividades e empreendimentos



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 268.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/12/2025

estratégicos. Na oportunidade, defendeu a necessidade de asfaltamento da BR-309 que liga Manaus (AM) a Porto Velho (RO), na Região Norte.

Nilto Tatto (PT - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do art. 6º do Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2025, apresentado à Medida Provisória nº 1.308, de 2025, que dispõe sobre o licenciamento ambiental especial, visando à consecução eficiente e eficaz de atividades e empreendimentos estratégicos.

Pauderney Avelino (UNIÃO - AM) - O Deputado orientou a bancada na votação do art. 6º do Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2025, apresentado à Medida Provisória nº 1.308, de 2025, que dispõe sobre o licenciamento ambiental especial, visando à consecução eficiente e eficaz de atividades e empreendimentos estratégicos. Aproveitou para defender a melhoria da infraestrutura rodoviária na Região Norte.

Sidney Leite (PSD - AM) - O Deputado orientou a bancada na votação do art. 6º do Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2025, apresentado à Medida Provisória nº 1.308, de 2025, que dispõe sobre o licenciamento ambiental especial, visando à consecução eficiente e eficaz de atividades e empreendimentos estratégicos. Na oportunidade, lembrou que restrições inviabilizam intervenções básicas em rodovias na Amazônia, citando o caso da BR-307, onde comunidades indígenas de São Gabriel da Cachoeira (AM) teriam ficado isoladas porque o Exército não pôde realizar poda de árvores para liberar o tráfego. Por fim, também argumentou que Amazonas e Roraima precisam garantir conexão terrestre estável com o restante do país por meio da BR-309.

Célia Xakriabá (PSOL - MG) - A Deputada orientou a bancada na votação do art. 6º do Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2025, apresentado à Medida Provisória nº 1.308, de 2025, que dispõe sobre o licenciamento ambiental especial, visando à consecução eficiente e eficaz de atividades e empreendimentos estratégicos. Na oportunidade, ressaltou que, após ouvir moradores da região de Manaus (AM), reconhece a necessidade de discutir alternativas de acesso diante dos efeitos da seca que afetam a navegação, tradicional via de transporte no Norte, mas defendeu que qualquer solução deve ocorrer com consulta livre, prévia e informada às comunidades atingidas.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do art. 6º do Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2025, apresentado à Medida Provisória nº 1.308, de 2025, que dispõe sobre o licenciamento ambiental especial, visando à consecução eficiente e eficaz de atividades e empreendimentos estratégicos. Na oportunidade, citou a falta de ligação terrestre entre Porto Velho (RO) e Manaus (AM) como



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 268.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/12/2025

exemplo do atraso na infraestrutura nacional e comparou a situação brasileira com países como a Austrália, onde longas conexões rodoviárias atravessam regiões inóspitas.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do art. 6º do Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2025, apresentado à Medida Provisória nº 1.308, de 2025, que dispõe sobre o licenciamento ambiental especial, visando à consecução eficiente e eficaz de atividades e empreendimentos estratégicos. Em seguida, declarou que decisões recentes do Supremo Tribunal Federal (STF) representam, em sua avaliação, um avanço sobre as prerrogativas do Poder Legislativo; e alertou partidos de centro sobre o que considera riscos futuros à atuação política, defendendo a necessidade de preservar a autonomia do Congresso.

Delegado Caveira (PL - PA) - O Deputado orientou a bancada na votação do art. 6º do Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2025, apresentado à Medida Provisória nº 1.308, de 2025, que dispõe sobre o licenciamento ambiental especial, visando à consecução eficiente e eficaz de atividades e empreendimentos estratégicos. Em seguida, relatou preocupação com o estado de saúde do ex-Presidente Jair Bolsonaro em regime de confinamento rígido e classificou a situação como grave, chamando atenção para as condições de custódia mencionadas na entrevista concedida pelo Senador Flávio Bolsonaro ao portal Metrópoles.

Euclides Pettersen (REPUBLICANOS - MG) - O Deputado defendeu a aprovação da Proposta de Emenda à constituição nº 72, de 2023, que altera o art. 155 da Constituição Federal para conceder imunidade do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) aos veículos que especifica. O Relator ressaltou que Estados como Minas Gerais, Pernambuco e Santa Catarina ainda não adotam esse benefício, já existente em outras unidades da Federação, e afirmou que a medida corrige uma distorção que penaliza famílias de baixa renda. Além disso, disse que a cobrança acumulada ao longo de duas décadas pode ultrapassar o valor original do veículo, enquanto grandes empresas já foram beneficiadas com isenções bilionárias. Por fim, citou o Senador Cleitinho, autor da proposta, e pediu apoio ao Plenário para garantir a uniformização nacional da regra.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado orientou a bancada na votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 72, de 2023, que altera o art. 155 da Constituição Federal para conceder imunidade do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) aos veículos que especifica.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 268.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/12/2025

Domingos Sávio (PL - MG) - O Deputado orientou a bancada na votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 72, de 2023, que altera o art. 155 da Constituição Federal para conceder imunidade do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) aos veículos que especifica.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 72, de 2023, que altera o art. 155 da Constituição Federal para conceder imunidade do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) aos veículos que especifica. Em seguida, ressaltou que o Presidente Lula voltou a dialogar com Donald Trump para tratar das tarifas impostas pelos Estados Unidos, destacando que a interlocução anterior já havia reduzido barreiras comerciais e reforçado a soberania brasileira. Também disse que a medida trouxe efeitos positivos para a economia interna, como estabilidade, geração de empregos e fortalecimento democrático, em contraste com o “tarifaço” apoiado por setores da extrema direita. Além disso, afirmou que Lula apresentou ao Presidente americano ações do Brasil no enfrentamento às facções e ao tráfico. Por fim, defendeu a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, que altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição, para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública, a denominada PEC da Segurança, como forma de integrar as forças policiais.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 72, de 2023, que altera o art. 155 da Constituição Federal para conceder imunidade do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) aos veículos que especifica.

Célia Xakriabá (PSOL - MG) - A Deputada orientou a bancada na votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 72, de 2023, que altera o art. 155 da Constituição Federal para conceder imunidade do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) aos veículos que especifica.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 72, de 2023, que altera o art. 155 da Constituição Federal para conceder imunidade do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) aos veículos que especifica.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 72, de 2023, que altera o art. 155 da Constituição Federal para conceder imunidade do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) aos veículos que especifica. Em seguida, criticou a situação fiscal do país, mencionando o aumento da dívida pública e o déficit das contas federais. Por fim,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 268.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/12/2025

também citou a suspensão de um empréstimo de R\$ 20 bilhões à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) após rejeição de garantia pelo Tesouro Nacional.

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado orientou a bancada na votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 72, de 2023, que altera o art. 155 da Constituição Federal para conceder imunidade do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) aos veículos que especifica. Em seguida, criticou a ausência de posicionamento de Parlamentares que defendem o combate ao racismo após denúncias de que mulheres participantes da Marcha das Mulheres Negras teriam sido acomodadas em instalações inadequadas em Brasília (DF). Também questionou a postura do Governo Federal ao celebrar o contato do Presidente Lula com Donald Trump para tratar de cooperação contra o narcotráfico, comparando a iniciativa às críticas recentes feitas ao Governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, por buscar apoio externo em segurança pública.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado retificou a orientação da bancada na votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 72, de 2023, que altera o art. 155 da Constituição Federal para conceder imunidade do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) aos veículos que especifica.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado comentou a morte do jovem que invadiu a jaula de uma leoa na Paraíba, lamentando a tragédia e cobrando melhorias na saúde mental e na estrutura do jardim zoológico onde ocorreu o caso. Em seguida, ampliou suas críticas ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e ao Supremo Tribunal Federal (STF), acusando o Judiciário de extrapolar competências, impor resoluções sem respaldo legislativo e violar prerrogativas do Congresso. Além disso, afirmou que o país vive um cenário de “ditadura judicial”, mencionou supostas censuras, operações policiais contra Parlamentares e o caso do Deputado Ramagem como exemplos de abuso. Também acusou o Executivo de interferência e pediu que partidos de centro se unam para “conter” o que classifica como avanço autoritário do STF e do Governo Federal, defendendo maior reação institucional. Por fim, defendeu a votação da denominada PEC das drogas, a Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2023, que altera o art. 5º da Constituição Federal, para prever como mandado de criminalização a posse e o porte de entorpecentes e drogas afins sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, observada a distinção entre traficante e usuário.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado defendeu a votação urgente do Projeto de Lei Complementar nº 125, de 2022, que institui o Código de Defesa do Contribuinte e trata do devedor contumaz. Ademais, destacou que cerca de 2 mil pessoas jurídicas acumulam dívida de 200 bilhões de reais com a União e que esse



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 268.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/12/2025

endividamento configura fraude profissional, sonegação e prática mafiosa. Ao final, elogiou a atuação da Receita Federal e da Polícia Federal nas operações em andamento contra esses fraudadores profissionais.

Túlio Gadêlha (REDE - PE) - O Deputado contestou discurso parlamentar para sustentar que alguns Deputados legislam em busca de proteção para seus próprios crimes, negam a ciência e apoiam o negacionismo climático. Ademais, defendeu a inocência do Presidente Lula em contraste com a condenação criminal do ex-Presidente Bolsonaro. Por fim, negou que haja ditadura do Supremo Tribunal Federal (STF) e defendeu as buscas e apreensões realizadas em gabinetes de Parlamentares pela Polícia Federal.

Pastor Sargento Isidório (AVANTE - BA) - O Deputado parabenizou o Presidente da sessão pela deliberação de proposições favoráveis à população. Ademais, defendeu a inclusão em pauta do projeto que institui a escala 5 por 2 sem cortes salariais. Além disso, solicitou a votação do Projeto de Lei nº 2.595, de 2025, de sua autoria, que estende às trabalhadoras celetistas os benefícios da licença-maternidade concedidos às servidoras públicas, sustentando que todas as mulheres e crianças devem ter direitos iguais.

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado contestou as críticas dirigidas ao Deputado Cabo Gilberto Silva, afirmando que ele apenas sustentou que a função do Parlamento é legislar. Ademais, condenou os Parlamentares da extrema Esquerda por atuarem como agentes de uma ditadura que tolera ataques ao Parlamento. Além disso, defendeu que no Estado Democrático de Direito o poder soberano é o Legislativo, conforme sustenta o Ministro do Supremo Tribunal Federal Luiz Fux. Por fim, lamentou a instabilidade institucional.

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado denunciou o silêncio do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) diante do episódio em que mulheres negras foram alojadas em uma estrebaria, sustentando que tais partidos denunciariam internacionalmente o fato caso tivesse ocorrido durante o Governo Bolsonaro. Ademais, afirmou que o Governo Lula utiliza causas sociais apenas como instrumento de poder. Além disso, contestou as críticas sobre as joias atribuídas ao ex-Presidente Bolsonaro, citando decisão do Tribunal de Contas da União que as reconheceu como patrimônio privado e comparando a situação aos presentes recebidos por ex-Presidentes da República.

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado justificou sua assinatura no requerimento de criação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Banco Master, defendendo que as denúncias devem ser investigadas. Além disso, criticou o banco do empresário Daniel Vorcaro, destacando os prejuízos causados a mais de 12 milhões de clientes e a quinhentos funcionários. Ademais, condenou a decisão do Ministro do Supremo Tribunal



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 268.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/12/2025

Federal Luiz Fux de impor sigilo ao caso. Por fim, citou a CPI do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para ressaltar o volume de recursos desviados de beneficiários idosos.

Ricardo Maia (MDB - BA) - O Deputado celebrou o retorno do ator Othon Bastos, com o apoio do Prefeito Ricardo Maia, ao Município de Tucano (BA), após 87 anos, para realizar apresentação em praça pública aos 92 anos de idade, enaltecendo sua trajetória e dedicação artística. Ademais, destacou que a região é pobre e carente de acesso à cultura. Por fim, ressaltou seu compromisso de destinar recursos para a construção de um teatro que atenda à população do Sertão baiano.

Ricardo Galvão (REDE - SP) - O Deputado relembrou a acusação do ex-Presidente Bolsonaro de que teria mentido sobre dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e estaria a serviço de instituição internacional. Ademais, afirmou que desafiou publicamente o ex-Presidente a comprovar suas acusações, mas ele recusou. Por fim, destacou que foi demitido um mês após o episódio.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado defendeu a inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 2.162, de 2023, que concede anistia aos participantes das manifestações reivindicatórias de motivação política, ocorridas entre o dia 30 de outubro de 2022 e o dia de entrada em vigor desta Lei. Ademais, sustentou que o ex-Presidente Bolsonaro está preso de forma ilegal e inconstitucional. Além disso, alertou que, caso Bolsonaro ou outros presos políticos venham a morrer, o Congresso e o Estado serão responsabilizados, lembrando a morte de Clezão como exemplo de injustiça. Ao final, destacou que o País vive uma ditadura judicial, acusou o Supremo Tribunal Federal (STF) de perseguição e afirmou que o Presidente Lula compactua com esse cenário.

Vicentinho (PT - SP) - O Deputado destacou sua presença no encontro realizado com trabalhadores da Mercedes-Benz para celebrar os 40 anos de criação da Comissão de Fábrica. Ademais, parabenizou o sindicato pela iniciativa e relembrou sua participação, em 1984, na denúncia realizada na Alemanha sobre a inexistência da Comissão de Fábrica. Ao final, ressaltou a greve de quatro dias conduzida por Wildo Soares, Marimbondo e Milton Bispo em defesa da comissão.

Benes Leocádio (UNIÃO - RN) - O Deputado celebrou a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 72, de 2023, que isenta do pagamento de Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) os veículos com mais de 20 anos de uso. Ademais, afirmou que a medida representa justiça especialmente para moradores da zona rural e de assentamentos da Região Nordeste, em particular do Rio Grande do Norte. Por fim, ressaltou que a vitória pertence ao Parlamento e aos proprietários beneficiados.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 268.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/12/2025

Roberto Duarte (REPUBLICANOS - AC) - O Deputado criticou a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a “Revisão da Vida Toda”, sustentando que o Tribunal extrapolou seus limites constitucionais ao interferir em matéria de competência do Poder Legislativo. Ademais, afirmou que a mudança de entendimento fragilizou a segurança jurídica e desconsiderou a legislação vigente ao invalidar direito anteriormente reconhecido. Além disso, ressaltou que a decisão prejudica aposentados e pensionistas que esperavam a inclusão de todas as contribuições no cálculo dos benefícios, especialmente aqueles cujas maiores remunerações ocorreram antes de 1994. Ao final, rejeitou o argumento de impacto fiscal como justificativa suficiente para suprimir direito consolidado e defendeu que o Poder Judiciário deve atuar com respeito à separação de Poderes, preservando a estabilidade do sistema jurídico e a proteção dos cidadãos.

Ricardo Ayres (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado lamentou o falecimento de José Bonifácio Gomes de Souza, ex-Senador, ex-Deputado Estadual e ex-Prefeito de Tocantinópolis (TO), ressaltando sua relevância histórica para o Tocantins e para a região do Bico do Papagaio. Ademais, enalteceu sua trajetória política, marcada por liderança, dedicação e responsabilidade, bem como sua contribuição na expansão habitacional que beneficiou milhares de famílias de baixa renda. Ao final, expressou solidariedade aos familiares, especialmente ao Prefeito Fabion Gomes e ao ex-Prefeito Paulinho Gomes, e afirmou que o legado de Bonifácio permanecerá como referência para o Tocantins.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada celebrou a promulgação da Lei nº 15.229, de 2023, oriunda do Projeto de Lei nº 3.114, de 2023, que passou a permitir ao Ministério Público (MP) propor ação penal incondicionada nos casos de estelionato praticado contra qualquer pessoa com deficiência. Ademais, explicou que, antes da nova norma, essa atuação do MP só era possível quando a vítima tinha deficiência mental. Além disso, lembrou o debate legislativo sobre o texto original do Senado, que previa tratamento uniforme para todos os tipos de deficiência, e o substitutivo da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, que previa distinções entre a deficiência física e mental. Ao final, ressaltou que, como Relatora na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), optou pelo texto do Senado, com base em nota técnica do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, e apontou sua contribuição decisiva para a redação final da lei.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado celebrou o Dia Internacional do Voluntariado, agradecendo aos brasileiros que dedicam tempo e esforço para ajudar o próximo sem esperar retorno. Ademais, afirmou que o trabalho voluntário supre carências deixadas pelo Estado em áreas como educação, esporte, cultura, saneamento e assistência social, especialmente nas regiões mais abandonadas do País. Além disso, advertiu que o voluntariado não pode substituir responsabilidades constitucionais do Poder Público. Ao final, cobrou



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 268.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/12/2025

que o Governo Federal assuma suas obrigações e deixe de tratar a atuação voluntária como compensação para políticas públicas insuficientes, defendendo um País com solidariedade, presença efetiva do Estado e políticas mais eficientes.

Weliton Prado (SOLIDARIEDADE - MG) - O Deputado lamentou a morte de Luiz Antônio Zardini, destacando sua dedicação de mais de três décadas ao Hospital de Amor de Barretos (SP) e sua atuação ao lado do Presidente da instituição, Henrique Prata, para garantir a continuidade do maior centro oncológico gratuito da América Latina, atendido integralmente pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Ademais, ressaltou que Zardini se dedicou a mobilizar recursos, organizar leilões e apoiar pacientes oncológicos com esperança e dignidade. Ao final, destacou que Zardini acompanhou a implantação, em Minas Gerais, do primeiro e maior serviço de prevenção ao câncer do Estado e manifestou solidariedade aos familiares, amigos e colaboradores do Hospital de Amor.

Vinicius Carvalho (REPUBLICANOS - SP) - O Deputado celebrou o Dezembro Vermelho como campanha nacional de conscientização e prevenção do HIV/AIDS e demais infecções sexualmente transmissíveis, instituída pela Lei nº 13.504, de 2017. Ademais, ressaltou a queda dos óbitos por AIDS para 9,1 mil em 2024, menor número em três décadas, bem como a redução nos diagnósticos. Além disso, afirmou que os avanços médico-tecnológicos transformaram a AIDS em doença crônica tratável e lembrou que o Sistema Único de Saúde (SUS) oferece antirretrovirais gratuitamente desde 1996. Ao final, enfatizou a importância do uso de preservativos, repudiou o preconceito e defendeu campanhas permanentes de prevenção, apoio e respeito.

Rubens Otoni (PT - GO) - O Deputado enalteceu os avanços da mobilidade urbana em 2025, destacando a sinalização do Governo Federal para subsidiar tarifas do transporte público, inclusive com possibilidade de tarifa zero. Ademais, ressaltou o debate sobre o Projeto de Lei nº 3.278, de 2021, que institui o marco legal do transporte público coletivo urbano, afirmando que a proposta foi amplamente discutida com autoridades, especialistas e representantes do setor. Além disso, celebrou o papel da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (COP30) na projeção internacional do País e defendeu o transporte público como instrumento de combate às mudanças climáticas. Ao final, enfatizou as obras e investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC), o planejamento realizado pelo Estudo Nacional de Mobilidade Urbana e defendeu que 2026 consolide um modelo de mobilidade mais humana e sustentável.

Vander Loubet (PT - MS) - O Deputado defendeu a importância das campanhas dedicadas à saúde mental, como o Setembro Amarelo, relativo à prevenção do suicídio, e o Janeiro Branco, referente à promoção da saúde mental. Lamentou ainda a falta de repercussão do Dia Mundial da Saúde Mental.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 268.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/12/2025

Ademais, observou que, apesar do crescente engajamento social, o tema ainda é pouco abordado por autoridades públicas. Além disso, citou dados da Organização Mundial da Saúde e de pesquisas nacionais para alertar sobre a prevalência de transtornos de ansiedade e outros sintomas psicológicos entre os brasileiros. Ao final, elogiou as ações do Governo Lula, como a criação do Departamento de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas, a ampliação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e o aumento de seu orçamento, defendendo medidas estruturais de combate à pobreza, desigualdade e violência como formas de promover o bem-estar psíquico.

ENCERRAMENTO